

ATA DA 50ª REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE – COEMA,
REALIZADA EM 01 DE MARÇO
DE 2013.

Ao 01 dia do mês de MARÇO de dois mil e treze, no Auditório da Secretaria Estadual de Meio ambiente - SEMA, sito à Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, Marco, Belém/PA, realizou-se a 50ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA, sob a Presidência do **Dr. JOSE ALBERTO DA SILVA COLARES**, Secretário Estadual de Meio Ambiente e com a presença de Conselheiros e convidados: **AMIRALDO DA SILVA PINHEIRO** representante da SESP, **ELIANA ZACCAS** representante da SAGRI, **JOSÉ WATERLOO LOPES LEAL** representante da ONG/AMOT, **LUIZ AUGUSTO NOGUEIRA MOURA** representante da FIEPA, **JOSÉ JACY RIBEIRO AIRES** representante da FETIPA, **ROSA KEILA SOUSA DE SOUSA** representante da FAEPA, **BENEDITO WILSON CORREA DE SÁ** representante do Ministério Público do Estado do Pará, **MANUEL IMBIRIBA SARMENTO** representante da FETAGRI, **IVALDO PINTO** representante da OAB, **ANTONIO CARLOS CARRERA** representante da SEMA e como convidados: Lúcia Francisca Porpino - DILAP/SEMA, Antonio Oliveira representante do PARÁ RURAL, Doutor Barcelar - PGE. Dando início à 50ª Reunião Extraordinária do COEMA, passo à seguinte pauta com as palavras do Secretário Executivo do COEMA: **I- Abertura: Dr. Jose Alberto Colares:** Bom dia pessoal, é o seguinte deixe eu colocar para vocês, temos duas situações e eu queria ouvir todos evidentemente. O Ministério Público com relação à resolução eu quero chamar a atenção dos senhores devido essa resolução ela não tem o sentido de sair por aí aprovando tudo que é dispensa de projetos, dispensa de licenciamento evidentemente, e a nossa intenção é sinalizar em gerais do COEMA daqueles empreendimentos passíveis de licenciamento por conta do efeito impactante ser de baixa significação, o que nós temos hoje na SEMA uma quantidade enorme de projetos encalhados aqui por conta da necessidade do licenciamento, projetos de baixo impacto é um pequeno criatório de suínos, um pequeno criatório de frangos, e uma agricultura familiar, uma pequena extração de óleo, empreendimentos que são de impacto locais que as vezes os municípios não está preparado, inclusive para avaliar o empreendimento e tem que vir da SEMA lá de Porto de Moz, lá de Faro, Senador José Porfírio, lá de Jacareacanga, Santana do Araguaia etc. Um exemplo bem emblemático disso são os empreendimentos do Pará Rural que estão há quatro anos aqui na SEMA e que quando foram pensados nisso foram dados aos prestadores de serviços pra eles providenciasse esse empreendimento que fica essa coisa encalhada, são empreendimentos que estão dirigidos especificamente pro combate a pobreza,

44 mas um combate a pobreza cujo o pobre tem que primeiro pagar a taxa de
45 licenciamento, licenciar e depois ter o acesso ao recurso para então ser
46 beneficiado, tal ponto que o Banco Mundial já propôs o cancelamento dessas
47 atividades, o financiamento dessas atividades por conta de toda essa burocracia
48 de licenciar, e que na verdade isso fica se reproduzindo, um pequeno agricultor
49 lá que vai de São Domingos do Capim a Jacareacanga pra licenciar um hectare
50 de um feijão caupi etc. E a gente tem que analisar pra poder dispensar, quando
51 na verdade ele poderia ser passíveis de licenciamento, isso não quer dizer que a
52 prefeitura, o fato de ser passíveis de dispensar não significa que seja
53 dispensado, tem que avaliar as condições pra isso, eu dou sempre o exemplo do
54 caso do dendê. Uma agricultura familiar de dendê para plantar dez hectares de
55 dendê de forma isolada em uso alternativo de solo, mesmo considerando a
56 reserva legal desde que o código florestal absorve de utilizar essa exótica como
57 parte de recomposição da reserva legal precisaria ser licenciada aquela área é
58 um problema, um caso é licenciar dez hectares e outra coisa é licenciar
59 seiscentas famílias com dez hectares no mesmo município, isso vai implicar
60 certamente um estudo de impacto que vai representar uma vez que a atividade
61 da agricultura do dendê, ela em princípio precisa ser continuada para viabilizar o
62 transporte e a logística, por exemplo, então são condições que a gente precisa
63 avaliar então essa foi à intenção de sinalizar como passíveis de dispensa,
64 evidentemente que isso implicaria da gente definir melhor todas as relações
65 desse empreendimento e os condicionantes que é o anexo, eu recebi agora a
66 reinvidicação do Ministério Público querendo mais um tempo para discutir essa
67 planilha e esses anexos, tem duas situações que eu coloquei para o Benedito.
68 Uma a gente aprova a resolução, e ter essa discussão com o Ministério Público
69 ou quem mais esteja interessado pra gente aprimorar os anexos a relação
70 desses empreendimentos, isso será sempre passível de aprimoramento e
71 ajustamento, de repende lá na frente nós podemos modificar, não tem problema
72 nenhum de modificar esse anexo, isso seria o sentido e daria ao Pará Rural já
73 ter essa sinalização, principalmente àquelas atividades do Pará Rural pra evitar
74 a perda de contratos com o Banco Mundial, e a gente faria uma reunião depois
75 com os membros do COEMA, com o Ministério Público pra ajustar melhor essa
76 relação aqui, então essa seria uma saída para garantir, já ao Pará Rural não
77 perder o recurso com relação ao financiamento dessas atividades de pequeno
78 porte, o próprio doutor Antonio aqui, coordenador do Pará Rural possa sinalizar
79 aqui para os membros do conselho. Olha essas atividades aqui é que estão
80 vinculadas ao Pará Rural, a gente já aprovaria isso aqui, e ajustaria em outra
81 oportunidade na próxima semana, por exemplo, esses anexos com uma
82 discussão mais detalhadas com a SAGRI, com o Ministério Público, com a
83 FETAGRI esse seria uma medida, a outra medida a gente suspenderia a reunião
84 de hoje e marcaria na próxima sexta-feira que daria tempo da gente aprimorar
85 isso, e tanto a FETAGRI, o próprio Ministério Público, A SAGRI discutiria com a
86 SEMA mais aprimoradamente o porquê dessa relação aqui que a gente tá
87 colocando pra vocês , essa seria as duas saídas que a gente poderia colocar a

88 disposição da gente conduzir o processo, o fato que a gente precisa ser célere.
89 Sinceramente vocês não sabem o dilema que o Secretário de Meio Ambiente
90 que tá com centenas, milhares de projetos aqui dentro, e toda vez é uma
91 confusão pra gente dispensar um criatório de suínos de dez suínos, isso não tem
92 como ou então a reforma de uma ponte lá em senador José Porfírio, lá em Porto
93 de Moz porque precisa de licenciamento, a pessoa vai fazer apenas a
94 reconstrução da ponte, não faz sentido vir de lá pra cá, então eu quero submeter
95 aos senhores pra gente não ficar a prorrogar e tal, são duas coisas: Uma a gente
96 aprova e sujeita a revisão quando a gente definir ou a gente faz na próxima
97 semana essa reunião ou da um tempo então pra conversar com o Ministério
98 Público, FETAGRI quem estiver mais detalhes e quiser aprimorar, a gente marca
99 uma reunião técnica no meio da semana pra aprovar isso na sexta-feira para dar
100 tranquilidade ao Pará Rural ao pessoal da SAGRI com relação das atividades da
101 agricultura familiar, a FETAGRI e a garantia ao Ministério Público que a gente
102 não vai chutar o pau da barraca, tá certo. Então tendo isso posto eu já pra ser
103 bem prático, eu dou a palavra para o Benedito pra ele fazer a exposição dele, e
104 depois a FETAGRI. **Dr. Benedito Wilson:** Bom dia senhor presidente e demais
105 conselheiros, a gente entende a necessidade que tem de se viabilizar esses
106 empreendimentos principalmente esses menos impactantes que você acabou de
107 falar, a gente entende até porque nós trabalhamos já com isso há mais de vinte
108 anos, e sabemos a necessidade que nós paraense temos de colocar a mais
109 adiante projetos, por exemplo, de agricultura familiar e outras coisas mais. É
110 impossível uma pessoal lá de Uruará, tem que se dirigir até aqui pra obter uma
111 licença ambiental, por exemplo, para matar quatro bois, para matar umas dez
112 galinhas assim por diante, a gente sabe disso, e sabendo disso até porque
113 somos professores universitários, e isso na área que a gente leciona chama
114 direito penal mínimo ou coisa parecida que não interessa pra gente ficar lidando
115 com isso, o que é que acontece é a nossa razão de pedir, foi exatamente dar
116 mais qualidade a essa resolução, para que no futuro, eu quero crer próximo ele
117 não seja questionado em outros ângulos principalmente judiciário. Eu já
118 participei em diversas reuniões aqui, e que lá no judiciário me questionário muito
119 o doutor Wilson tá questionando isso aqui ,quando ele foi signatário da
120 aprovação desse projeto, porque eu fui aqui no COEMA induzido a erro,
121 inclusive induzido a erro pelo Secretário na época senhor Gabriel Guerreiro, eu
122 cito o nome até porque eu não tenho nenhum medo de cita nomes aqui, porque
123 foram quatro, e este fato está sendo contestado na justiça do estado do Pará,
124 em área de domínio público. Então a minha preocupação é exatamente essa, do
125 MP como um todo, nós temos uma Câmara Técnica, nós temos um Núcleo de
126 Meio Ambiente, e esse núcleo e essa câmara técnica recebeu esse projeto aqui
127 apenas então somente na segunda-feira em que pese está há quatro anos,
128 como você disse tramitando na Sema, não estou culpando ninguém por essa
129 delonga de quatro anos, só que uma semana para que os técnicos pudessem
130 estudar com profundidade, principalmente os anexos, e o anexo é integrante
131 disso aqui, o anexo não é parte desmembrada disso aqui, eles acharam muito

132 pouco e me pediram mais uma semana que fosse até o seu gabinete de forma
133 urbana e me dirigir até o senhor, e pedir que fosse dado um prazo para que
134 essas condições técnicas como o senhor acabou de citar pudesse reunir, vou
135 usar essa expressão, mas não é muito boa não, de forma reservada apenas o
136 pessoal técnico e analisassem e vissem os pontos de pré questionamentos
137 poderiam dar mais qualidade a isso, porque na hora em que qualquer problema
138 ocorrer em relação a esse licenciamento ambiental quem vai ser chamado a
139 berlinda como plano de fundo é o Ministério Público é a SEMA, então a gente
140 não querendo retirar a razão da agilidade que o senhor tá querendo dar a
141 aprovação disso aqui, apenas de uma semana, mandaram na segunda e sexta-
142 feira estamos aprovando,ninguém está querendo de deixar de ser solidário com
143 o Pará Ambiental, ninguém tá querendo deixar de ser solidário com os
144 agricultores, pequenos agricultores, nós estamos apenas querendo da mais
145 qualidade aqui para que ele possa no futuro ter um a aplicação extramente
146 viável, polida sem qualquer tipo de reconhecimento principalmente judicial, e a
147 gente aprovar a resolução e deixar o anexo para depois isso não existi sobre o
148 ponto de vista jurídico o anexo é parte integrante da resolução ou aprova ela
149 por completo ou não aprova. O senhor esta me entendendo o que eu disse pro
150 senhor por isso que eu pedir até sexta-feira vindoura vejam bem vocês são sete
151 dias ou oito dias, já contado com o dia de hoje para que nós pudéssemos
152 aprovar isso aqui já com análise completa feita em conjunto por todos os outros
153 técnicos envolvidos na questão, eu não estou querendo tirar o mérito da SEMA,
154 eu também não estou querendo tirar, veja bem você a viabilidade dos projetos
155 que eu acho desumano alguém vir criar dez galinha e vir lá de Uruará se dirigir
156 até aqui pra pedir licença ambiental, eu acho como disse a colega aqui atrás de
157 mim é uma palhaçada realmente é , mas a legislação que tá aqui exige isso **Dr.**
158 **Colares:** A FETAGRI, Imbiriba por favor. **Dr. Manuel Imbiriba:** Bom dia a todos
159 e a todos primeiro para parabenizar a iniciativa do governo estadual a resolução,
160 e dizer que o Pará nos últimos três dias realizou um grande evento que discutiu
161 a cultura da palma do óleo realizada pelo governo federal e com participação do
162 governo estadual, instituto de pesquisa, a assistência técnica, universidades, as
163 empresas que estão trabalhando com essa questão da palma do óleo na região
164 amazônica, e um dos pontos que foi discutido bastante e essa questão da
165 regressão ambiental e a fundiária saiu documento, foi um debate muito bom aqui
166 no estado do Pará, eu acho que essa resolução tem a somar, nós já tivemos
167 olhando um pouco na resolução entendemos que vai beneficiar muito a
168 agricultura familiar no sentido de fomentar a produção agrícola e também a
169 infraestrutura rural as entradas ou habitação rural que nós estamos trabalhando
170 e outras situações. Agora concordamos com o Ministério Público que teremos
171 sim que enriquecer mais o documento, eu acho que fica difícil a gente aprovar
172 aqui sem anuência do MP, então a proposta é que possamos ter mais um a
173 tempo para aperfeiçoar o documento, a FETAGRI esta disposta a contribuir mais
174 ainda para essa resolução e na próxima sexta-feira a gente faz a reunião e
175 aprova também, já com a anuência do MP estadual, então é isso, obrigado. **Dr.**

176 **Colares:** A SAGRI e a FAEPA. **Drª. Eliana Zacca:** Eu queria só esclarecer o
177 seguinte: O porquê da preocupação do Ministério Público que eu acho pertinente
178 e para a gente também o governo do estado está na mesma situação, nós
179 estamos na eminência de perder um recurso significativo em frente a
180 financiamento pra pequenos produtos, tudo que esta sendo colocado na
181 resolução está amparada pelo código florestal, a dispensa do licenciamento não
182 implica em dizer que o produtor não esteja obrigado a cumprir todas as normas
183 legais existentes, a qualquer tempo a qualquer momento for fiscalizada ele terá
184 que atender as leis existentes, e quero lembrar também, nós estamos entrando
185 no calendário agrícola e isso ele não espera, passou o prazo perdeu tudo, só
186 ano que vem. **Dr. Colares:** FAEPA, por favor. **Drª Rosa Keila:** Bom dia, eu
187 como representante da classe produtora, ratifico o que a Secretaria de
188 Agricultura respaldou, respeito à posição do MP, mas entendo que o MP não
189 tem voto diferenciado ele é um voto que soma apenas aos demais conselheiros,
190 então na minha opinião não há o que se protelar, porque aqui se defende a
191 vivência, a vida do estado do Pará que há muito já vem sofrendo a
192 discriminação, inclusive a legislativa, porque nós temos a legislação diferenciada
193 pra tudo que se diz respeito a produção do Pará, e aí a gente deixa de ser
194 competitivo não pela qualidade e pela produção, e sim pelas normas que
195 impõem a nós sempre o encargo da Amazônia ser diferenciada, então nós como
196 defensores, trabalhando em defesa da Amazônia não podemos protelar,
197 estamos aqui para votar e se por ventura o MP como instituição fiscalizadora da
198 lei, entender que a resolução tem algo que vá de encontro com a legislação
199 federal se revisa inclusive na instância judiciária, não tem porque, porque eu
200 tenho certeza que esse documento há quatro anos tramitando teve o cuidado de
201 verificar as normas que estão, inconformidade com a legislação federal, então eu
202 sou favorável pela votação inclusive integral, incluindo o anexo. **Dr. Colares:** Por
203 favor, Evaldo da OAB, depois o Carrera, por favor. **Dr. Evaldo:** Senhor
204 presidente desse conselho e demais conselheiros, senhoras e senhores, não é a
205 primeira vez que problemas dessa ordem ocorrem, já em outras vezes o MP
206 solicitou adiamento para vista dos autos e os procedimentos que foram adotados
207 em outras oportunidades foi o que se prossegue a reunião, e aqueles que se
208 acharem com opção de votação já antecipam o voto, o que me parece que
209 nessa reunião de hoje é um pouco diferente, que o MP esta solicitando é um
210 adiamento da reunião, então não seria a suspensão da discussão e sem um
211 adiamento, tecnicamente é diferente, porque nós ainda nem iniciamos a
212 discussão do que consta, então a primeira coisa que teríamos que ver, e se o
213 conselho concorda ou não com o adiamento e daí se ele concordar com o
214 adiamento, aí não haverá necessidade nenhuma de estarmos aqui, e só depois
215 nós adentrarmos no mérito da resolução, analisando, eu acho que tem algumas
216 coisas que precisarão ser ajustadas na redação, obviamente a legislação, as leis
217 , todo os arcabouço jurídico que rege um complexo sistema de direito, como é o
218 brasileiro e de outros países desenvolvidos ou em desenvolvimento ele tem por
219 objetivo, melhorar a qualidade de vida e melhorar as relações sociais e ele não

220 pode ser de maneira nenhuma alguma coisa impeditiva do progresso natural, é
221 lógico com responsabilidade e observando normas de controle que sejam
222 absolutamente adequadas e equilibradas. A questão ambiental isso não é no
223 Brasil e no mundo inteiro ela tomou um grau de importância muito grande, e às
224 vezes ele se sobrepõe até a mesmo a condição humana, onde a preservação da
225 natureza ganha um contorno de proteção que se sobrepõe até o ser humano,
226 então nós temos que ter muito cuidado, e eu olhando essa relação de atividade
227 que podem ser exercida independente de licenciamento "Prima facie" eu não vejo
228 nenhuma que deveria ser na realidade controlada, que são atividades normais, a
229 partir do momento que em nome do meio ambiente nós impedimos o agricultor
230 de trabalhar, impedimos ele ou dificultamos que ele tenha acesso para obter sua
231 subsistência, nós podemos chegar até em caso absurdos como o que aconteceu
232 em Brasília, onde o senhor que vendia medicamentos fitoterápicos feito de casca
233 de raiz de árvores, ele foi preso por crime ambiental, porque ele estava
234 vendendo este medicamento de uso tradicional e reconhecimento pela nossa
235 sociedade, então nós temos que ter equilíbrio no que se refere isso, e a minha
236 sugestão é que primeiramente se faça uma coleta de votos com os presentes, se
237 há ou não necessidade de advir da minha parte da OAB eu não vejo, porque nós
238 recebemos esse material ele é um material conhecido nosso, e eu acho que teria
239 problema nenhum, nós já iniciarmos a votação e colocamos, e a exemplo do que
240 ocorrer outras vezes se o MP quiser a vista ele pode obter a vista, e aqueles que
241 tiverem em condições de votar, que já antecipem o voto, mas eu acho que nada
242 impede que na reunião de hoje a gente já inicie pelo menos, se não que a gente
243 já vai sair daqui com a resolução aprovada ou não, mas pelo menos se inicia a
244 discussão sobre a lista. **Dr. Colares:** Carrera, por favor. **Marco Antonio**
245 **Carrera:** Bom dia a todos, primeiramente essa matéria para nós que estamos
246 recente no conselho ela é nova, mas para os trabalhadores da SEMA ela já é
247 antiga principalmente para o pessoal que trabalha no licenciamento é um
248 problema realmente existente dentro da SEMA, então com relação a isso
249 nenhuma contrariedade em relação ao conteúdo de apresentar nesse momento,
250 agora temos algumas observações, aqui nós vamos estar tratando de matéria
251 onde consta na lei sete mil trezentos e oitenta e nove no anexo, onde tem toda
252 as atividades de impacto ambiental e eu não vi aqui na lei nenhuma referência a
253 elas, e como elas são de impacto local e também na zero sete e nove e eu não
254 vi aqui na lei nenhuma referência a elas, e como elas são de impacto local a
255 resolução e a lei, eu não sei qual é a implicância porque já é uma análise o
256 jurídica e precisaria de tempo. Qual a implicância dela nos licenciamentos
257 dessas atividades, se na lei esta dito que ela é de impacto ambiental local e se
258 tem um município exercendo a gestão ambiental plena caberá a esse município
259 isenta-lo? Então resta essa dúvida também aqui. A outra questão é o tempo já
260 são quatro anos, todos nós estamos reclamando de quatro anos, é verdade, mas
261 sete dias também não vai alterar a relação do prejuízo que se teve, é melhor
262 garantir efetivamente um consenso, uma qualificação desse conteúdo para evitar
263 conflitos que às vezes nem existem, o MP não esta sendo contrário, pelo menos

264 é o que eu estou entendendo, está apenas querendo tempo para poder fazer
265 uma análise, e nós particularmente representante dos servidores, se esse termo
266 for permitido nós inclusive vamos fazer um convite em nome do sindicato para o
267 secretário para que a diretoria de licenciamento ambiental possa apresentar, e
268 os servidores possam ter uma posição unificada que a gente possa aqui
269 representar, só isso. **Dr. Colares:** Moura, por favor, só para dar uma sinalização
270 com relação a sete mil trezentos e oitenta e nove, ela estabelece o que é de
271 impacto ambiental apenas, evidentemente que essas atividades são de impacto
272 local, o fato de serem passíveis não significa dizer que os municípios chegue lá
273 é diga, aqui eu vou fazer, nós não podemos dizer o que o município deve ou não
274 fazer, mas a sete trezentos e oitenta e oito ela se limita estabelecer o que é de
275 impacto local para dar autonomia aquilo que cabe ao Município fazer, mas por
276 favor, Moura. **Dr. Moura:** Bom dia um dos argumentos que estão sendo
277 colocados aqui para urgência na votação, é a eminência da retirada do apoio do
278 Banco Mundial de vários empreendimentos, mas sem definir que eminência é
279 essa, quer dizer quanto tempo nós temos para poder aprovar essa resolução
280 sem prejudicar o andamento dos processos e dos financiamentos, isto é uma
281 questão importantíssima para mim para poder tomar uma decisão. **Dr. Colares:**
282 Inclusive, eu deixei por ultimo o Antonio que é um dos mais interessados, em
283 saber se há essa possibilidade de ter esse tempo, se a gente adiar mais sete
284 dias e fazer essa discussão com o MP, a SAGRI, aprimorar melhor e ajustar,
285 que para mim é válido isso, mas saber se teríamos algum prejuízo ou se há essa
286 possibilidade de tempo para a gente adiar a discussão para a próxima sexta-
287 feira por exemplo. **Dr. Antonio Oliveira:** Bom dia a todos, em outubro do ano
288 passado, foi feita uma reestruturação do governo do estado, do Banco Mundial,
289 onde se comprometeu a atingir quarenta e sete PIPs (Projetos de investimentos
290 de Produção do Agricultor Familiar), desses quarenta e sete nós temos
291 aproximadamente quinze projetos engatados aqui na SEMA por falta de
292 licenciamento, então isso representa um terço, mas na prática são mais ou
293 menos duas mil e quinhentas famílias de agricultores, esses quarenta e sete
294 representam mais ou menos quatro mil e cem famílias, então é mais da metade
295 de agricultores que são prejudicados, a nossa meta para ser alcançada tem no
296 máximo o dia onze, eu tenho gente do Banco mundial aqui, três assessores do
297 Banco Mundial que estão fazendo levantamento estão indo embora amanhã, e já
298 vir várias situações e continuam engatadas por licenciamento aqui, são
299 baixíssimas os impactos, são coisas que nós vem estudando com a SEMA, já
300 pegamos os técnicos da SEMA, e não é só a questão do PARÀ RURAL e o
301 agricultor familiar do estado como um todo, e calendário agrícola esta aí passou
302 esse prazo e a gente deixar para semana que vem até ser publicada,
303 normatizado e tudo vai ser praticamente no final de Março, e é complicado a
304 gente começar a desfazer toda a organização planejamento desses agricultores,
305 por falta de senso, tem burocracias, tem a relação do Banco , então a gente quer
306 a urgência é o PARA RURAL e o Banco Mundial que esta injetando recursos
307 aqui no estado, mas como a SAGRI, a FAEPA faltaram a OAB, a gente tem essa

308 urgência por causa do calendário, e o que a gente está tentando aprovar aqui
309 não é nada mais do que a gente esta tentando há muito tempo todos os
310 senhores já tem o conhecimento sobre isso, então é o calendário agrícola que
311 esta no nosso pé, o dinheiro vai sair mais de uma semana ou menos de uma
312 semana, o licenciamento mais uma semana ou menos de uma semana, mas a
313 gente não tem condições a gente vai perder, esses agricultores tem prazo para
314 depois empossar os recursos e a gente vai estar todo endividado, ou seja, eles
315 vão estar cada vez mais pobres e endividados, obrigado. **Dr. Colares:** Alguém
316 mais queira se manifestar? Moura? **Dr. Moura:** Eu estou verificando aqui no
317 anexo um, nós temos várias atividades que não estão relacionadas com
318 atividade rural, então nós estamos colocando aqui, como emergencial uma
319 atividade rural e que ela esta no bojo daqui da resolução, mas não é a única
320 componente da resolução, nós temos aqui atividades de construção civil,
321 atividade de comércio, distribuição de energia, é um negócio muito geral,
322 compreensivo de várias atividades que nós estamos aqui sentindo o impacto da
323 urgência do planejamento rural e nós estamos colocando aqui como uma parte
324 não fundamental da legislação daqui da resolução que estamos querendo
325 aprovar, então por causa de uma urgência de um setor nós podemos correr o
326 risco de está aprovando atividades que poderiam ser deixadas para serem
327 discutidas mais tarde, ou que talvez não tenha nem projetos aqui, sendo
328 analisados. **Dr. Colares:** Evaldo, por favor. **Dr. Evaldo:** A observação é
329 pertinente, obviamente não se destina um caso de urgência, aliás, eu acho que
330 nunca poderia ter pedido licença ambiental no meu ponto de vista, não era nem
331 para esta no rol de atividades licenciados. Agora eu vejo aqui, por exemplo,
332 pode ter e com certeza tem alguma impropriedade algum ajuste de redação para
333 fazer, mas eu vejo aqui o que não esta nessa área o transporte de passageiro,
334 sem mais isso não é uma carta branca para as pessoas fazerem o que elas
335 querem fazer, aquelas empresas de transporte de passageiros que trabalham
336 com combustível com graxa, eles temem as normas obrigatórias de retenção,
337 eles não podem lançar de fluentes, quer dizer que existe já uma norma geral a
338 qual eles estão obrigados a cumprir, isso aqui não é uma carta branca para
339 essas atividades, fazer o que eles querem não, porque existe a legislação que
340 protege o meio ambiente, isso aqui que fique claro é dispensa da licença e não
341 autorização para infringir a lei, são coisas totalmente diferentes. A legislação
342 como esta exigência de licenciamento para pequenas atividades ela é hoje um
343 fator de atrasamento do progresso do desenvolvimento da qualidade de vida,
344 do melhoramento à medida que nós impedimos uma vila inteira com dez mil
345 habitantes, quinze mil habitantes, uma Jaderlândia da vida lá de Castanhal que
346 tem sessenta mil habitantes no bairro, à medida que nós impedimos de se fazer
347 a recuperação do asfalto como consta aqui ou então seja implantado o asfalto no
348 local, nós estamos impedindo que sessenta mil seres humanos habitantes tenha
349 uma qualidade de vida compatível com aquelas das pessoas que moram na área
350 central, e por aí vai a questão do parcelamento de solo que é permitido para um
351 imóvel parcelar, tudo bem é permitido, mas tem a lei de loteamento que ele é

352 obrigado a cumprir lei de loteamento para que seu loteamento seja aprovado,
353 como nós discutimos na reunião anterior, então o que eu queria deixar bem claro
354 era isso, a liberação do licenciamento não é autorização para violação da lei
355 ambiental, a lei ambiental vai continuar existindo, as empresas que infringirem a
356 legislação vão continuar sendo autuadas, é uma mera dispensa da licença
357 ambiental. Dr. Colares: Exatamente, o conteúdo da redação do decreto da
358 redação está explícito Keila, por favor. **Drª Rosa Keila:** Bom, trazendo no
359 sentido inverso que o conselheiro representante da FIEPA falou, não é que nós
360 estejamos discutindo valores, patrimônio jurídico com seus valores e aqui temos
361 necessidades vitais e como ele citou situações que talvez não tivessem tanta
362 urgência, mas só aqui nós estamos levando em consideração vidas, então
363 porque que eu vou protelar por uma necessidade vital preocupado se tem algo,
364 que nesse caso deveria ter uma análise maior se mereceria ou não uma licença,
365 então prolestar é? Eu entendo que, é não só atravancar é que se leva a falência o
366 estado do Pará. **Dr. Colares:** Só um ponto o que hoje não é vital, não é
367 urgência, o ano passado foi urgência atravancamos centenas de projetos aqui
368 com emendas de deputados para financiar pequena distribuição de água,
369 organização de estradas com sinais, asfaltamentos em áreas consolidadas ficou
370 tudo atravancado aqui, e foi o período no mês de julho, período eleitoral que
371 tínhamos que fechar, e tivemos vários projetos prejudicados sem o
372 financiamento por conta do licenciamento, porque o município não tem
373 condições de fazer, uma vez que é de impacto local, o interessado tem que se
374 dirigir lá de Faro para Belém para pedir um licenciamento de uma ponte que a
375 emenda do deputado beneficiou e nós não podemos liberar porque não tinha
376 licenciamento, que é tão vital como se fosse agora, mas eu quero dizer para os
377 senhores, eu sinceramente não vejo problema para gente adiar até sexta-feira,
378 sinceramente, Antonio, e outra coisa a preocupação é se a gente aprovar a
379 resolução na sexta, na segunda-feira esta publicado e já tá previsto não vejo
380 nenhum porque a gente possa aprimorar essa discussão, até mesmo incluir
381 outras atividades que não estejam aqui, até mesmo em outras atividades vou dar
382 um exemplo, nós tínhamos uma relação aqui, e nós recentemente o Secretário
383 de Segurança Pública nos pedir para licenciar trinta e duas delegacias, lá no
384 interior e de repente não estava nessa listagem, tem delegacia nós vamos
385 licenciar trinta e duas delegacias lá em Jacareacanga, Floresta do Araguaia,
386 Novo Progresso não tem e nem faz sentido, então nós aqui da SEMA, eu como
387 presidente, na minha sugestão acho e não vejo nenhum problema da gente
388 sentar com a FETAGRI segunda-feira ou sentar com o MP, ajustar essa
389 listagem, ajustar a redação, a redação do decreto da resolução, ela garante a
390 possibilidade, inclusive da própria prefeitura local que já é de impacto local se
391 ela decidir fazer ela faz, mas é uma decisão do município do conselho municipal,
392 não podemos passar por cima da prefeitura, mas nós sinalizamos aquilo que é
393 passível de dispensa em função do baixo impacto que isso representa, o que a
394 gente precisa, não vejo nenhum problema da gente aprimorar essa listagem, nós
395 temos aqui, foi uma outra questão que eu fiz questão que se colocasse aqui, nós

396 temos sempre um embate com o Banco da Amazônia e o Banco do Brasil com
397 relação a listagem de atividades que não envolve aquelas atividades
398 secundárias, que não envolve necessariamente a prática da agricultura, por
399 exemplo, a construção de uma cerca, compra de sêmen, implantação de um
400 galpão em áreas já consolidada, tudo isso o banco pode financiar , mas
401 dependendo do licenciamento que é mais um complicador e essa listagem está
402 no anexo dois, por exemplo, e aí sinceramente eu também não vejo, não vai
403 causar prejuízo se a gente ajustar isso, comprometer de adiar a votação
404 aprimorar, dar mais uma semana para todo mundo se ajustar e a gente começa
405 isso sexta feira e aprovar sexta feira. Eu acho que não tem prejuízo lá com o
406 Pará Rural, Antonio, porque segunda feira nós publicamos e os projetos já são
407 aguardados no Pará Rural sem problema nenhum! Certo? Sexta feira será dia
408 oito, aprova na sexta e segunda é publicada. Não vejo nenhum problema de
409 gente sair para uma conciliação melhor, para uma discussão melhor e o próprio
410 aproveitamento da FAEPA de incluir atividade de ajustar se essa atividade com
411 relação ao Banco da Amazônia e o Banco do Brasil que não estavam sexta feira
412 pronto e eu me lembrei disso porque eu já tive uma converso com o Banco do
413 Brasil, mandei ofício para o Banco do Brasil e o Banco do Brasil pediu que eles
414 fizesse uma portaria. Eu disse, nós faremos uma portaria e aprovamos na
415 resolução do COEMA e fazer esse ajustamento e a gente fica a disposição da
416 SEMA, de ajustar com a FETAGRI, Ministério Público ou com a FAEPA fazer
417 uma reunião conjunta e fazer uma revisão detalhada desse anexo, inclusive
418 incluir outras atividades que por ventura não estejam aqui. **Dr. Luiz Moura:**
419 Longe da FAEPA, o entendimento da companheira aí atrás – Companheira
420 parece velha à beça, ma o que ser empecilho à agilidade e ao progresso da
421 região longe da função da FIEPA, que é realmente defender o desenvolvimento
422 do estado, também da classe produtora. Então o que nós queremos é
423 exatamente isso, o que você acabou de colocar é ter mais segurança nas
424 categorias e nas atividades que estão sendo debatidas aqui. Se realmente nós
425 tivéssemos uma urgência ate segunda feira próximo dia quatro. A essas
426 atividades rurais a minha proposta seria: Teria tudo que não for atividade rural,
427 vamos aprovar e depois a gente faz o anexo **Dr. Alberto Colares:** Que acabaria
428 prejudicando o COEMA, mas a gente, Moura, uma semana não vai prejudicar.
429 **Dr. Luiz Moura:** Eu não sou contra esta semana, eu simplesmente não tenho
430 mais segurança. **Dr. Alberto Colares:** A minha proposta é, a gente já marca
431 aqui se for o caso, já marca teça feira para a gente estar juntos aqui, terça ou
432 quarta feira e faz uma revisão e quem quiser ter já a sua sugestão diante deste
433 documento aqui, já trazer as suas sugestões para ajustar o documento. **Dr.**
434 **Benedito Wilson:** Eu também sou observamente contrário a esse
435 subdesenvolvimento da Amazônia, mas eu acho que não na dependência de
436 sete dias. É sul real esse exemplo dado por ela, nada contra ela, contra
437 ninguém. A pessoa está atribuindo à pessoa está na dependência de sete dias,
438 na dependência da aprovação da resolução hoje está atuando porque
439 proscratinaram colocando essa pessoa também que não é devido aos órgãos

440 ambientais e os órgãos agrícolas usados para propriedade por quatro anos e o
441 culpado não é o coema, o culpado e quem passou e ficou aqui por quatro anos.
442 Quatro anos você se forma em um curso superior qualquer aí. Eu sugeriria
443 também com o adiantamento dessa resolução, que nós marcássemos logo data
444 para reunir, por exemplo, para reunirmos o pessoal técnico, terça-feira, quarta e
445 quinta. Fecharíamos o questionamento aqui e sexta-feira nós já agendávamos
446 uma reunião para aprovar isso aqui, com outra condição, se por ventura não foi
447 concluída até quinta-feira, se aprova isto aqui como está. Estou querendo dizer
448 com isso que nós vamos trabalhar na terça, quarta e quinta para fazermos a
449 aprovação. **Dr. Colares:** Deixem-me colocar uma coisa para vocês que é um
450 procedimento que a gente tem tomado aqui e que não o fizemos com relação a
451 isto, por conta dessa situação prensada que foi com a vinda do pessoal do
452 Banco Mundial e tudo mais. O nosso procedimento sempre é antes de submeter
453 à apreciação do conselho, sempre a gente fazer uma exposição anterior a
454 aqueles conselheiros. Tem sido assim com relação a todos os projetos que nós
455 aprovamos aqui no ano passado par cá, antes da reunião do conselho a gente
456 apresenta o empreendimento, o projeto sujeito apreciação, discuti tecnicamente,
457 explica tecnicamente para quando da reunião do conselho todos estejam a
458 vontade e qualificados para fazer a sua votação. Nós não fizemos com este caso
459 aqui, nós entregamos de fato na segunda-feira para a gente fazer a discussão
460 hoje e a aprovação, foi mais ou menos na coxa que nós fizemos isso. Eu não
461 vejo viu Keila, que a gente possa Evaldo, se a gente possa adiar para sexta-feira
462 e aprimorar isso já marcando na reunião técnica aqui, para agente fazer uma
463 revisão técnica de cada ponto desse e inclusive incluir pontos e na sexta-feira a
464 gente voltar para publicar na segunda feira. Não vejo esse problema de nossa
465 parte e a disposição dos técnicos com relação à gente fazer esse ajustamento.
466 **Drª Keila:** Não era a minha intenção. Ofender o nobre promotor de justiça e nem
467 o conselheiro representante da FIEPA da federação das indústrias. Eu até digo
468 aos mesmos que eu sou operadora de direito e não estamos como disse o
469 doutor Evaldo, respaldando nenhuma ilicitude porque eu tive o cuidado de ler
470 ontem à noite, até tarde da noite eu tive o cuidado de olhar, e seria leviano da
471 minha parte se eu viesse para cá como “moça” ou como quem quer que seja
472 companheira, respaldar condutas ilícitas. A nossa intenção é essa, pela
473 Federação de Agricultura e Agropecuária sim, facilitar o desenvolvimento do
474 nosso estado diante das dificuldades que agente vê. Se é na reserva legal nós
475 somos a única região obrigada ater oitenta por cento, com isso os nossos
476 produtos já deixam de ser competitivos com as demais regiões e além de tudo
477 dificultar que o investimento ocorra aqui por uma formalidade, digamos, que
478 pode ser revista! Pode? Seria eu vir para cá fazer o que então? Sempre com
479 essa intenção de protelamento? Não é essa a nossa intenção e nem ofendemos
480 ninguém aqui, não é essa a nossa intenção, mas pelo o que eu entendo,
481 democraticamente, todo mundo expos a sua opinião e foi respeitado. Eu sou
482 favorável, seu Secretário, que não seja adiada, que o senhor coloque inclusive
483 em votação se a gente concordar ou não pelo adiamento, porque eu gostaria de

484 manifestar o meu voto hoje se possível. **Drª Eliana Zaccas:** Eu só quero ratificar
485 o seguinte o próprio código florestal já fala que na questão de quais foram os
486 destaques, nos termos justificados e dispensáveis reserva legal e como disse o
487 doutor Evaldo, ninguém está aprovando aqui que vá violar a legislação vigente e
488 eu só quero dizer o seguinte, quanto a questão das atuações dos investimentos
489 do estado, o estado hoje está numa posição totalmente desfavorável em relação
490 a outros estados da região, vou dá o exemplo: O Tocantins foi aprovado uma lei
491 que dispensa de licenciamento atividades que reprovou por reflorestamento
492 nativos exóticas. O Mato Grosso do Sul fez o mesmo, Maranhão é muito mais
493 fácil, então hoje nós estamos na seguinte situação, o que tem de plantio aqui
494 vou processar lá no Maranhão, vou processar lá no Tocantins, vou processar lá
495 no Mato Grosso. Tem investimentos que esperam dois anos de licenciamento,
496 nós tivemos em termo de açai, foram embora porque esperaram dois anos o
497 licenciamento e não saiu. O Tocantins ofereceu mil facilidades e foi pra lá. Então
498 nós estamos indo, estamos ficando a reboque, na rabeira como se diz e o tempo
499 urge, e no setor agropecuário existe uma coisa que se chama calendário
500 agrícola, um dia ou uma semana, faz toda a diferença, só isso que eu tenho para
501 dizer. **Dr. Evaldo:** Só um comentário seguindo a linha de raciocínio que foi
502 exposta pelas duas conselheiras é que realmente tem algumas estranhas na
503 legislação do Pará, da diferença de florestamento para reflorestamento, em
504 reflorestamento você usa uma das espécies exóticas e o florestamento é
505 reconstituir uma floresta que tem espécie nativa, com essências nativas, para
506 fazer esse serviço de recuperação de floresta eu preciso pedir licença ambiental.
507 Isso já chega às raias do absurdo, mas vamos passar. Esse colégio aqui é um
508 colégio permanente nos ficamos aqui o tempo todo, isso pode ser incluído, pode
509 ser excluído da atividade, de repente uma quer dizer, só não muda quem já
510 morreu e o nosso consciente está vivo, não vejo problema nenhum também de
511 nós analisarmos tudo que está aqui não é que seja urgente não, nós estamos é
512 atrasados, nós não estamos a reboque não, a história, o trem da história está
513 passando e o nosso conselho a nossa Secretaria de Meio Ambiente está
514 dormindo em berço esplêndido. A atividade comercial, a atividade agrícola, a
515 atividade humana é dinâmica e nós não temos o mesmo dinamismo dentro
516 dessa secretaria! Por que! Porque é uma secretaria que foi projetada para
517 funcionar em Belém e ter atuação no estado inteiro e ela não foi equipada para
518 isso. Nós estamos perdendo tempo até nas atuações nos processo ou nós
519 modernizamos essa secretaria, nós imprimimos um dinamismo que eu acredito
520 que agora vai ser imprimível ou nós vamos ser um órgão que atrapalha no
521 desenvolvimento do nosso estado e que vai atrapalhar a qualidade que vai
522 diminuir ou impedir, isso é que é o mais apropriado a dizer, impedir que a nossa
523 população tenha uma qualidade devida melhor. Da minha parte eu não sei se
524 alguma outra entidade não está, ainda, preparada para este tipo de discussão,
525 talvez até pelo grande tempo que tenha aqui dentro do conselho, eu não vejo
526 mistério nenhum, nada de muito difícil para se analisar aqui, eu acho que tem
527 que ser ajustado a redação de alguma coisa, mas que está em condições de ser

528 votado, eu, pelo menos me julgo e se houver uma decisão da mesa de adiar
529 tudo bem, se for colocado se vota ou não, a minha opinião é que deve
530 prosseguir. **Dr. Alberto Colares:** Só para demarcar, em primeiro lugar o
531 secretário de Meio Ambiente do Estado do Pará comunga com tudo o que
532 falastes com relação à dinamização e a desconstrução da gestão ambiental
533 como está, por conta disso, nós estamos providenciando para entregar este mês
534 de março à Assembleia legislativa, a reformulação, a reestruturação da SEMA
535 que cria a desconcentração e a descentralização da atividade de gestão
536 ambiental e criação dos institutos que eu já falei mais de dez outras vezes: O
537 Instituto de Regularização Ambiental Desconcentrado e o Instituto de
538 Biodiversidade para tratar as unidades de conservação que são muitas. Só sob a
539 responsabilidade do estado, vinte um milhões e oitocentos mil hectares e mais o
540 Instituto das Águas para tratar de recursos hídricos. Então comungo e eu sei,
541 sinto na carne, aquilo que é se um secretário de meio ambiente, e sinto na carne
542 o que é um agricultor que está lá em Oriximiná e pedir licenciamento ambiental,
543 anda cinco horas de avião para pedir licença ambiental de um abatedouro de
544 trezentas cabeças, porque ultrapassa a lei setenta e três oitenta e nove. E todas
545 as implicações que isso tem, não vai ter outra coisa, ou a gente muda ou a gente
546 quebra de vez. E um exemplo é de tal forma desse engessamento é essa
547 discussão hoje aqui. Coisa que já poderia ser muito bem dispensável e nós
548 estamos discutindo, porque também estamos enredados numa cadeia de marco
549 regulatório que a gente nem sempre sabe o que está legal e o que não está
550 legal. Com relação ao reflorestamento, todo reflorestamento unidade que é o
551 que usa alternativa do solo, está dispensado o licenciamento aqui no estado do
552 Pará no decreto trezentos e dezesseis, aprovado no COEMA em dois mil e onze
553 aqui, dispensa o reflorestamento. O que nós tratamos é de florestamento é
554 recomposição de APP e reserva legal que tem sim que apresentar nos limites
555 acima de quatro módulos fiscal, tem que apresentar o pedido de licenciamento.
556 **Dr. Evaldo:** Secretário me perdoe excelência! No caso do reflorestamento, do
557 florestamento é o seguinte, é que para você fazer você faz só que depois você
558 não vende, porque quando você tira o produto dessa área reflorestada você
559 precisa de autorização e aí se não for autorizado, o florestamento ou o
560 reflorestamento, você não tira a espécie que você plantou. Então tem que
561 analisar direito, porque se dá com uma mão e tira com outra. **Dr. Colares:** Mas
562 lá é um licenciamento como qualquer outro licenciamento rural e a declaração de
563 movimentação do produto tem que ter para não confundir. **Dr. Evaldo:** Hoje se
564 eu plantar vinte mil pés de açaí com o objetivo de produzir palmito, eu na hora
565 de tirar o palmito vou ter problema, porque a Secretaria de Meio Ambiente não
566 vai permitir que eu cortasse o açaí. **Dr. Colares:** Tem que ter licenciamento. **Dr.**
567 **Evaldo:** Exatamente! **Dr. Colares:** Voltando a discussão com relação ao
568 adiamento ou não. Eu não vejo nenhum problema de a gente adiar até sexta
569 feira, não vejo nenhum problema de ter essa conciliação mais consolidada, mas
570 eu coloco a votação em discussão com relação ao adiamento, e se houver
571 aprovação, já marcar aqui a data da discussão em torno da recepção de novas

572 ou recepção de modificação com relação ao anexo. Se não for aceito o
573 adiamento, a gente discute depois o procedimento de como a gente vai fazer.
574 **Dr. Benedito Wilson:** Eu peço vista da resolução se for feita **Dr. Colares:** Mas
575 nada impede que seja feita a votação! **Dr. Benedito Wilson:** Vamos para o
576 adiamento, senão eu peço vista desses parâmetros. **Dr. Colares:** O que eu
577 quero é uma conciliação mais democrática possível gente! Se o problema de a
578 gente adiar uma semana, ajuste uma semana, a FACEPA pode contribuir
579 melhor, a SAGRI pode contribuir lá a FETAGRI pode contribuir, e a gente marca
580 terça e quarta feira para ajustar, do que a gente pedir, sair a uma votação
581 fragmentada e esperar, de qualquer maneira, uma discussão lá na frente. Eu
582 coloco à disposição a votação do adiamento para sexta feira com a marcação da
583 data da reunião técnica para aprimorar o anexo. Por favor! Quem é a favor do
584 adiamento para sexta feira? Um, dois, três, quatro, cinco, seis! Quem não é a
585 favor do adiamento? Um, dois, três, quatro! Seis a quatro! Então fica adiada para
586 sexta feira! Eu quero firmar aqui a data. **Dr. Benedito Wilson:** Doutor Colares
587 marque logo a agenda das reuniões e a data da próxima reunião para a gente
588 debater isso. **Dr. Colares:** A próxima reunião será sexta feira, a data de
589 apreciação dia oito, sexta feira aqui. Agora vamos marcar a data para recepções
590 de contribuições técnicas com relação aos anexos, ou possíveis mudanças na
591 redação aqui, o ajustamento na redação. A gente faz na sala de reunião, é só
592 uma discussão técnica, quem tiver contribuição à gente já pode marcar na terça
593 feira dia cinco de março, nove horas da manhã, no gabinete, na sala de reunião
594 do gabinete. Checagem dos anexos. **Dr. Luiz Moura:** Eu tenho uma
595 recomendação! É que nós temos marcado as nossas reuniões para começar as
596 nove e nós estamos começando nove e meia, é uma hora que nós estamos
597 perdendo de uma discussão que vai ser prolongada, muito prolongada, na
598 próxima sexta feira, espero que não seja, mas prenuncia-se. Então eu gostaria
599 que a gente começasse as nove horas em ponto! **Dr. Evaldo:** Seu secretário, só
600 queria deixar aqui um registro, a onde trata de desmatamento de lote urbano a
601 legislação confunde desmembramento com parcelamento, a redação aqui. Está
602 aqui o doutor Lucio que vai me ajudar nisso que é da área jurídica.
603 Desmembramento é quando se divide um imóvel em dois ou mais, desde que
604 não se tenha nenhuma mudança na criação de ruas, logradouros ou coisas
605 desse tipo e pelo que consta do lado aqui, que fala assim em infraestrutura, está
606 se tratando na realidade de parcelamento e não desmembramento, então seria
607 parcelamento de um lote urbano! E onde está dotado de infraestrutura eu acho
608 que deveria ser modificado em respeito à legislação federal que atende a
609 matéria, porque tem uma lei federal que regula isso, aliás, tem até mais de uma
610 que regula isso! Desde que observada à lei federal que regula a matéria. **Dr.**
611 **Colares:** Vamos ajustar então, terça feira, nove horas da manhã, lá no gabinete,
612 na sala do gabinete. Havendo necessidade a gente prorroga para o dia seguinte,
613 se não houver, está fechado e fecha-se e define-se terça feira, ok! Fica ajustado
614 assim.